Globethics Repository




# Povos indígenas não cabem no projeto da atual esquerda [Indigenous peoples do not fit in the current project left]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

| | |
|---|---|
| Item Type | Article |
| Authors | Sanson, Cesar |
| Publisher | Instituto Humanitas Unisinos - IHU |
| Rights | With permission of the license/copyright holder |
| Download date | 2026-11-06 19:50:28 |
| Link to Item | http://hdl.handle.net/20.500.12424/158993 |

# Povos indígenas não cabem no projeto da atual esquerda

Por Cesar Sanson

"Os povos indígenas são um estorvo ao modelo nacional desenvolvimentista da esquerda latino-americana e brasileira no poder. Esses povos não cabem no projeto da atual esquerda. Mais ainda, são vistos como obstáculo e amarra ao livre desenvolvimento das forças produtivas portadoras do crescimento econômico". O comentário é de Cesar Sanson, docente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, em artigo para a **IHU On-Line**. Trata-se de síntese da Conjuntura da Semana publicada no sítio do IHU em 22-04-2013[1].

Eis o artigo.

Tributária de um marxismo reducionista que vem as forças produtivas – trabalho e capital – como meio para controlar e transformar os recursos naturais com vistas à produção de bens materiais, base do crescimento econômico, a atual esquerda latino-americana enxerga nos povos indígenas um obstáculo ao pleno desenvolvimento do modelo em curso.

Nesse modelo, as terras, as águas, as matas, o ar, a biodiversidade e os minérios estão subordinados à lógica produtivista, âncora do crescimento econômico e base da distribuição de renda. Na medida em que os povos indígenas ocupam os territórios onde se encontram os recursos vitais para o modelo, eles devem ser removidos. É nesse contexto que devem ser interpretadas as tensões que envolvem os povos indígenas em todo o território latino-americano e, particularmente, no Brasil.

O arsenal de emendas constitucionais, portarias e regulamentações associadas aos grandes projetos e ao braço armado do ruralismo e do Estado – vide o caso do povo Munduruku[2] – ameaçam não apenas os territórios, mas a própria integridade física dos povos indígenas. O Estado de exceção, na concepção agambeniana, chegou aos povos indígenas.

O caso brasileiro é emblemático nessa perspectiva. O modelo econômico em curso é altamente dependente da exploração e exportação de matérias-primas, em especial de commodities agrícolas e minerais. Nessa perspectiva e para viabilizar o modelo, o Estado brasileiro investe pesado em obras de infraestrutura na área de transporte e geração de energia – rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, usinas hidrelétricas, linhas de transmissão, dentre outras.

O modelo necessita do total controle do território e na medida em que está ocupado por indígenas ou outros povos tradicionais - quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos –, eles se tornam um empecilho e precisam ser removidos. Como destaca análise de conjuntura do Conselho Indigenista Missionário - Cimi[3], "é muito evidente que os setores político-econômicos anti-indígenas e antidemocráticos, representantes do agronegócio, das mineradoras, das grandes empreiteiras e o próprio governo brasileiro estão articulados e empenhados para ampliar o acesso, o controle e a exploração dos territórios indígenas, quilombolas, dos pescadores artesanais, dos camponeses, de preservação ambiental, dentre outros".

Para conseguir seus objetivos, diz o Cimi, os setores anti-indígenas adotaram uma estratégia que tem três objetivos centrais:

- Inviabilizar e impedir o reconhecimento e a demarcação das terras indígenas.

1 1 - http://bit.ly/13qc3XV

2 - http://bit.ly/Zgx7AC

3 - http://bit.ly/ZDnQ0q

- Rever procedimentos de demarcação de terras indígenas já finalizados.
- Invadir, explorar e mercantilizar as terras demarcadas, que estão na posse e sendo preservadas pelos povos indígenas, pelos quilombolas e por outros grupos tradicionais.

É nesse contexto que se assiste ao uso de diferentes instrumentos político-administrativos, judiciais e legislativos para derrogar os frágeis direitos indígenas. A artilharia é pesada e visa atingir os objetivos citados acima. Entre as principais iniciativas dos ruralistas para o desmonte dos direitos indígenas e com o explícito objetivo de "abrir a porteira" dos seus territórios, destacam-se:

- PEC 215: O projeto de emenda constitucional propõe transferir do poder Executivo para o Congresso Nacional a demarcação e homologação de terras indígenas e quilombolas, além de rever os territórios com processo fundiário e antropológico encerrado e publicado.
- PEC 38: Dá ao Senado Federal competência para aprovar processos de demarcação de terras indígenas e determina que a demarcação de terras indígenas ou unidades de conservação ambiental respeite o limite máximo de 30% da superfície de cada estado.
- PEC 237: Permite a posse indireta de terras indígenas por produtores rurais. A PEC acrescenta um parágrafo à Constituição para determinar que a pesquisa, o cultivo e a produção agropecuária nas terras tradicionalmente ocupadas pelos índios poderão ocorrer por concessão da União, tendo em vista o interesse nacional.
- Projeto de Lei 1610: Prevê a mineração em terras indígenas, ou seja, a exploração mineral poderá ocorrer em todo e qualquer espaço no interior da terra indígena.

> "O Estado de exceção, na concepção agambeniana, chegou aos povos indígenas"

Os povos indígenas, porém, não enfrentam apenas o agronegócio. Enfrentam também o governo que tem direcionado seu arsenal de instrumentos jurídicos para derrotar os indígenas quando se trata de defender o seu modelo. Dentre as principais iniciativas do governo, destacam-se:

- Portaria 303: De iniciativa da Advocacia-Geral da União (AGU), a portaria confirma o entendimento do STF de que os direitos dos índios sobre as terras não se sobrepõem aos interesses da política de defesa nacional, ficando garantida a entrada e instalação de bases, unidades e postos militares no interior das reservas. A expansão estratégica da malha viária, a exploração de alternativas energéticas e de "riquezas de cunho estratégico para o país" também não dependerão de consentimento das comunidades que vivem nas TIs afetadas, de acordo com as regras.
- Decreto nº 7.957/13: Cria a Companhia de Operações Ambientais da Força Nacional de Segurança Pública, tendo como uma de suas atribuições "prestar auxílio à realização de levantamentos e laudos técnicos sobre impactos ambientais negativos". Na prática significa a criação de instrumento estatal para repressão militarizada de toda e qualquer ação de comunidades tradicionais, povos indígenas e outros segmentos populacionais que se posicionem contra empreendimentos que impactem seus territórios. Foi o que se viu na Operação Tapajós.
- Portaria Interministerial 419/11: Regulamenta a atuação de órgãos e entidades da administração pública com o objetivo de agilizar os licenciamentos ambientais de empreendimentos de infraestrutura que atingem terras indígenas.

Logo, a postura do governo em relação aos povos indígenas é clara: ou os povos indígenas submetem-se ao modelo ou sentirão a mão pesada do Estado. Portanto, a atitude do governo brasileiro não é de descaso, omissão e negligência para com os povos indígenas – o governo tem um lado nesse debate e o seu lado é a defesa do seu projeto.

Toda a insatisfação dos povos indígenas ficou latente quando recentemente não conseguiram audiência com a presidente. Afirmaram os povos indígenas em carta pública: "Perdemos as contas de quantas vezes em que Dilma esteve com latifundiários, empreiteiras, mineradores, a turma das hidrelétricas. Fez portarias e decretos para beneficiá-los e quase não demarcou e homologou terras tradicionais nossas. Deixou sua base no Congresso Nacional entregar comissões importantes para os ruralistas e seus aliados".

Os povos indígenas, entretanto, resistem como historicamente resistiram. Na sua luta contra os ruralistas e contra a insensibilidade do governo, contam com poucas forças, entre elas, a principal é o Cimi. Os partidos de esquerda não apoiam a luta indígena, apenas alguns parlamentares isolados. Há partidos de esquerda que são claramente anti-indígenas, tal como o PCdoB. O movimento sindical sequer conhece essa luta e raramente se posiciona quanto aos seus conflitos.

# Entrevistas em destaque

A revista **IHU On-Line** traz nesta e nas próximas edições resumos das entrevistas especiais mais acessadas durante o recesso, entre janeiro e março de 2013. Os conteúdos estão disponíveis no sítio **IHU On-Line** (www.ihu.unisinos.br).

## A multiplicação da internet nas favelas e a visibilidade social dos jovens

Entrevista com Jorge Luiz Barbosa
onfira nas Notícias do Dia de 22-02-2013
Acesse no link http://bit.ly/XtvpqW

Uma pesquisa realizada em cinco favelas do Rio Janeiro – Rocinha, Cidade de Deus, Manguinhos e os complexos do Alemão e da Penha – apontou que 90% dos jovens dessas comunidades acessam a internet de seus computadores pessoais. Para o levantamento, foram entrevistados dois mil jovens, e o estudo foi realizado em parceria pela Secretaria Estadual de Cultura juntamente com a ONG Observatório de Favelas. "Na rua o jovem de favela é apenas 'um jovem da favela', não é um cidadão. Não possui sua cidadania reconhecida, seu corpo abrigado e sua vida respeitada. Agora em seu Facebook ele se mostra, fala de si, identifica suas preferências, afirma seus gostos, enuncia seus conflitos, tudo isso porque não se sente só. Entra em contato com jovens parecidos com ele e diferentes dele", destaca o professor e pesquisador Jorge Luiz Barbosa, em entrevista concedida à **IHU On-Line** por e-mail.

## "O feminismo transformou o mundo"

Entrevista especial com Rose Marie Muraro
Confira nas notícias do dia de 07-03-2013
Acesse o link http://bit.ly/YQub8n

Aos 82 anos, depois de décadas dedicando-se ao estudo do feminismo, a escritora e física Rose Marie Muraro avalia que o movimento "mudou a consciência" do mundo, porque transformou as mulheres. "A mulher muda a consciência dos filhos e mudando a consciência dos filhos, ela muda a consciência das gerações. O homem não tem a mesma relação com a criança, ele se dedica mais às coisas práticas, enquanto a mulher se dedica mais às pessoas. Então, se você muda uma mulher, você muda o correr das gerações. Eu tenho a honra de ter ajudado, com a minha obra, a mudar a cabeça das gerações", declara. Na entrevista concedida à **IHU On-Line** por telefone, em ocasião do Dia Internacional da Mulher, Rose Marie assinala que, após terem conquistado espaço em diversas áreas, as mulheres devem se inserir no debate econômico e repensar a economia.

LEIA OS CADERNOS IHU

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR